

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA Xª  
VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX

**Distribuição por dependência - Proc: XXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, nascido em XX/XX/XXXX, atualmente com XX anos de idade, filho de FULAO DE TAL e FULANO DE TAL, representado neste ato por sua genitora, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, filha de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, RG nº XXXXX SSP/XX, CPF nº XXXXXXXX, residentes e domiciliados na XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones (XX) XXXXXXXX/XXXXXX/XXXXXX (recado com FULANO DE TAL), vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, propor

**AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS-RITO DA PENHORA  
(ARTIGO 732 C/C ARTIGO 652 E SEQUINTE DO CPC)**

em face de **FULANO DE TAL, NACIOALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, filho de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, RG nº XXXXX SSP/XX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX, CEP: XXXXX, telefone (XX)XXXXXXX/XXXXXX, pelas razões de fato e direito a seguir expostas:

**I-DOS FATOS**

FULANO DE TAL, ora Executado, está obrigado a pagar, a título de prestação alimentícia para FULANO DE TAL, ora Exequente, o equivalente a **50% (cinquenta por cento) do salário mínimo**, a serem depositados diretamente na conta da genitora do menor, Conta Poupança nº XXXXX, Variação XX, Agência XXXX, BANCO TAL, até o **dia XX (XXXX) de cada mês**, conforme cópia da certidão de publicação de sentença anexa.

A referida obrigação alimentar transitada em julgado por força da sentença judicial proferida nos autos do processo nº **XXXXXXX, desta Circunscrição Judiciária.**

Ocorre que mesmo sendo de irrefutável necessidade a prestação de alimentos para o Exequente, o Executado nunca cumpriu a determinação judicial. Executado não efetuou o pagamento. Assim, o pai do menor deve atualmente as obrigações alimentares dos meses de **MÊS e de MÊS de XXXX.**

Os alimentos não pagos e que se referem aos meses de XXXXX e XXXXX de XXXX totalizam o valor de **R\$ XXXXX**, o qual tem como base o valor do salário mínimo vigente no ano de XXXX (R\$XXXX). Frise-se que os valores se encontram atualizados monetariamente, conforme planilhas extraídas do sítio eletrônico [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), *link* atualização monetária.

Ressalte-se que os alimentos referentes aos meses de XXXX a XXXX do ano corrente serão abordados em ação própria de execução de alimentos pelo rito da prisão (art. 733 do CPC).

Após reiteradas e infrutíferas tentativas para recebimento do débito em caráter amigável, persiste até o momento a situação de inadimplência da obrigação alimentar.

A genitora do Exequente não sabe informar se o Executado possui bens em seu nome.

## **II - DO DIREITO:**

O executado não cumpriu sua obrigação de pagar os alimentos devidos ao exequente nos meses de XXXX e XXXXX de XXXX, cabendo execução pelo rito do art. 732 do CPC.

Quando os alimentos são em benefício de menor, possuem o caráter da indisponibilidade, ou seja, o Responsável legal do infante tem o justo dever de exigir a sua liquidação.

Existe a possibilidade de penhora de salários, proventos de aposentadoria ou bem de família quando os alimentos são atuais, ou seja, quando são necessários à sobrevivência do alimentado. É possível inclusive a penhora de saldo do FGTS, conforme recentes julgados do TJDFT:

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA. FGTS. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. MINIMO EXISTENCIAL.

1. É possível a penhora de contas vinculadas ao FGTS no caso de execução de alimentos, em razão da aplicação de diversos princípios constitucionais, tais como, a dignidade da pessoa humana, e o direito fundamental aos alimentos (acrescentado pela EC 64/2010), bem como os da razoabilidade e proporcionalidade.

2. Recurso conhecido e desprovido.

(Acórdão n.917963, 20150020227482AGI, Relator: CARLOS RODRIGUES, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 03/02/2016, Publicado no DJE: 16/02/2016. Pág.: 246)

Vejamos como a jurisprudência do TJRS está decidindo nestes casos:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PELO RITO DO ART. 732 DO CPC. DÍVIDA SEM ATUALIDADE. PENHORA. SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. A exceção que permite a penhorabilidade do salário deve ser interpretada restritivamente. Só é possível penhorá-lo quando a dívida for atual. Alimentos não atuais, quando devidos, não configuram dívida de prestação alimentícia, mas sim de mero crédito de origem alimentar. E como tais, não são suscetíveis de afastar a absoluta impenhorabilidade do salário. No caso concreto, não há qualquer atualidade na dívida cobrada. Assim, incabível à espécie a exceção que permite a penhora do salário. NEGARAM PROVIMENTO”* (Agravado de Instrumento Nº 70022595375, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova.

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PELO RITO DO ART. 732 DO CPC. PENHORA DE SALÁRIO. DESCABIMENTO. Descabe penhorar o salário do devedor quando o débito cobrado na execução não tem qualquer atualidade. Precedentes jurisprudenciais. Ademais, a execução deve se dar pelo meio menos gravoso ao*

*devedor (CPC, art. 620). No caso, o devedor já ofereceu bens à penhora, em valor suficiente para garantir o juízo e o débito. NEGADO SEGUIMENTO. EM MONOCRÁTICA". (Agravado de Instrumento Nº 70024656985, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova.*

**EMENTA:** AGRADO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA DE SALÁRIO. EXCEPCIONALIDADE. A exceção que permite a penhorabilidade do salário deve ser interpretada restritivamente, só sendo possível quando a dívida for atual. Caso contrário, não está configurada dívida de prestação alimentícia, mas sim de mero "crédito de origem alimentar. Agravado desprovido. (Agravado de Instrumento Nº 70030601736, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade)

Tal situação não pode persistir, eis que o Exequente não tem condições de suprir suas necessidades alimentares e conta com a ajuda material de sua genitora para prover a sua subsistência básica.

## **II-DOS PEDIDOS**

### ***Diante do exposto, requer:***

- A) Os benefícios da justiça gratuita por ser o Exequente economicamente hipossuficiente;

B) A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito;

C) A citação do Executado, para que, **no prazo de até XX (XXX) dias**, efetue o pagamento da obrigação alimentar atrasada - **MÊS e MÊS de XXXX** -, referente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo vigente (R\$XXXX), cujo valor importa em R\$ XXXX, depositando referida importância na conta bancária de titularidade da mãe do Exequente, FULANO DE TAL, CPF XXXXX, junto ao BANCO TAL, Conta Poupança nº XXXXX, Variação XX, Agência XXXX, BANCO TAL, **sob pena de serem penhorados seus bens para pagamento do débito, inclusive via penhora online pelo Sistema Bacenjud.**

Atribui-se à causa o valor de R\$ XXXXX.

Pede deferimento.

XXXXX, XX de XXXXX de XXXX

---

FULANO DE TAL - Exequente  
Representado por - FULANO DE TAL

---

Dr. FULANO DE TAL  
DEFENSOR PÚBLICO DO XXXXX  
Mat. XXXXX